

Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais

DEISE AZEVEDO LONGARAY

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil

PAULA REGINA COSTA RIBEIRO

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil

RESUMO

O artigo tem como objetivo conhecer e compreender como as instâncias sociais – a família, a instituição religiosa, o movimento homossexual (Associação LGBT) e as instituições médicas e psicológicas –, por meio de suas estratégias de governamento, interpelam os sujeitos, produzindo suas subjetividades. Entendemos tais instâncias como espaços educativos, pois nos ensinam modos de ser e estar no mundo. Nesse sentido, analisamos enunciações de alguns sujeitos gays, travestis e transexuais, produzidas por meio de metodologias da história oral temática e da observação participante. Assim, concluímos que a família prima pela coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo; as instituições médicas e psicológicas buscam diagnosticar e normalizar as atitudes dos sujeitos “desviantes”; as instituições religiosas buscam “condenar” as práticas transgressoras; e o movimento homossexual conduz as práticas dos sujeitos ao instituir as posturas adequadas e coerentes com a política do movimento.

PALAVRAS-CHAVE

sujeito; governamento; heteronormatividade.

EDUCATIONAL SPACES AND THE PRODUCTION OF GAY, TRANSVESTITE AND TRANSSEXUAL SUBJECTIVITIES

ABSTRACT

The article aims to identify and understand how social levels – family, religious institutions, LGBT movements, and psychological and medical institutions – view individuals and produce their subjectivities from management strategies. We understand such instances as educational spaces because they teach people ways of being and behaving in the world. To this end, we have analyzed the discourse of gay, transvestite, and transsexual subjects produced through methodologies of thematic oral history and participant observation. We have thus concluded that the family sphere strives for coherence between sex, gender, sexual practice and expression of desire. Medical and psychological institutions seek to diagnose and normalize the attitudes of “deviant” individuals; religious institutions seek “condemning” transgressive practices; and the LGBT movements conduct the subjects’ practices while instituting appropriate postures, in coherence with the movement’s policies.

KEYWORDS

subject; management; heteronormativity.

ESPACIOS EDUCATIVOS Y PRODUCCIÓN DE LAS SUBJETIVIDADES GAIS, TRAVESTÍS Y TRANSEXUALES

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo conocer y comprender cómo los grupos sociales –la familia, la institución religiosa, el movimiento homosexual (Asociación LGBT) y las instituciones médicas y psicológicas– desde sus estrategias de gobernamiento, interpelan los sujetos produciendo sus subjetividades. Entendemos estos grupos como espacios educativos, pues nos enseñan maneras de ser y de estar en el mundo. De esta forma, analizamos enunciaciones de algunos sujetos gais, travestís y transexuales a partir de las metodologías de la historia oral temática y de la observación participante. Así, concluimos que la familia valora la coherencia entre sexo, género, práctica sexual y deseo; las instituciones médicas y psicológicas buscan diagnosticar y normalizar las actitudes de los sujetos “desviantes”; las instituciones religiosas buscan “condenar” las prácticas transgresoras; y el movimiento homosexual conduce las prácticas de los sujetos, al instituir las posturas adecuadas y coherentes con la política del movimiento.

PALABRAS CLAVE

sujeto; gobernamiento; heteronormatividad.

INTRODUÇÃO

[...] nós como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero.

SALIH, 2012, p. 21

Na contemporaneidade, somos interpelados/as por discursos produzidos por diferentes instâncias sociais que ensinam modos de ser, estar e se comportar na sociedade. Assim, esses espaços educativos produzem os sujeitos por meio de seus preceitos, de seus discursos e enunciados, de suas regras e normas, de suas doutrinas e dogmas, a partir das quais são determinadas as posições, as atitudes, os gestos, os comportamentos, os modos permitidos e aceitáveis, em relação aos gêneros e às sexualidades.

Entendemos como espaços educativos os que produzem conhecimentos e saberes e que, de alguma forma, ensinam-nos modos de ser e estar no mundo, construindo e (re)produzindo significados sociais. Assim, não somente a escola é um espaço educativo, mas todos que exercem pedagogias, tais como as instâncias sociais, sobre as quais discutiremos neste estudo e pelas quais os sujeitos lésbicas, gays, travestis e transexuais (LGBT) transitam e constituem-se.

Os saberes produzidos sobre esses sujeitos operam em diferentes instâncias, as quais produzem, reproduzem e disseminam discursos que buscam “capturar” aqueles/as e trazê-los/as para a norma. Além de se constituírem como espaços educativos, essas instâncias sociais utilizam-se de estratégias de governo para controlar os sujeitos.

Foucault discorre sobre a noção de “governo”, explicando que o poder pastoral, introduzido no Ocidente pelo cristianismo, traduzia-se pelo governo das almas com uma atividade que visava à salvação do rebanho. O poder pastoral é caracterizado por agir sobre uma multiplicidade de indivíduos, e não sobre um território (Foucault, 2010a). Entretanto, entre os séculos XVI e XVIII, ocorreram algumas mudanças com relação ao governo, apresentando-se outras relações entre pastor e rebanho, ou seja, introduzem-se outras formas de governar. Governa-se a família, as crianças etc. “O questionamento geral sobre a maneira de governar e de se governar, de conduzir e se conduzir, acompanha, no fim da feudalidade, o nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais e as novas formas de estruturas políticas” (Foucault, 1997, p. 82).

Essas mudanças resultam no nascimento da economia olítica, isto é, de uma ciência política. Ocorre, então, a passagem de um modo de governar da soberania para um modo que é delineado pelas técnicas de governo (Foucault, 2008; Rose; Miller, 2010). Utilizamos a palavra governo não “sob sua forma política”, mas se referindo à relação entre os sujeitos, ou seja, no sentido de conduzir o comportamento e posturas dos sujeitos. Por esse viés:

[...] as pessoas que governam, a prática de governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado não é mais que uma das modalidades. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. (Foucault, 2008, p. 124)

Assim como Foucault, Fimyar (2008) discute sobre o sentido que adquire a palavra “governo”, não o relacionando somente ao entendimento político tão amplamente tomado nos dias de hoje, mas sim em um sentido geral como maneira de conduzir as condutas dos sujeitos.

Nesse sentido, buscamos, neste artigo,¹ conhecer e compreender como algumas instâncias sociais – a família, a instituição religiosa, o movimento homossexual (Associação LGBT do município do Rio Grande/RS) – e as instituições médicas e psicológicas, pelas suas estratégias de governo/governamento,² interpelam os sujeitos, produzindo suas subjetividades. Para tanto, analisamos enunciações³ de alguns sujeitos do município de Rio Grande, RS, que se autoidentificam como gays, travestis e transexuais.⁴ Utilizamos algumas ferramentas foucaultianas para realizar esse estudo, pois, conforme Ewald (1993, p. 26), elas nos permitem algumas possibilidades de operar com esse autor de forma:

[...] certamente que não mais verdadeira que as outras, mas talvez mais pertinente, mais eficaz, mais produtiva... E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar “peças” ou “bocados”, verdades modestas, novos relances, estranhos, que não implicam em silêncio de estupefação ou um burburinho de comentários, mas que sejam utilizáveis por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas.

- 1 O artigo compõe uma pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e que está vinculada à linha de pesquisa “Educação científica: implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos”.
- 2 Veiga-Neto (2005) sugere fazermos a substituição do vocábulo “governo” por “governamento” nos casos em que não estiver referindo-se a uma instância governamental, isto é, a uma instância administrativa central do Estado. Nesse sentido, levando em conta o que propomos discutir neste texto, operamos com o termo “governamento”.
- 3 Operamos com o entendimento de enunciação a partir de Foucault (2005, p. 115), ao afirmar que “é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. Essa singularidade, entretanto, deixa passar certo número de constantes – gramaticais, semânticas, lógicas – pelas quais se pode, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição”.
- 4 Pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dessa forma, empregamos as contribuições de Foucault como estratégia para a análise das enunciações a fim de problematizar as instâncias sociais que interpelam os sujeitos e produzem efeitos em suas subjetividades.

AS METODOLOGIAS DE PRODUÇÃO DAS ENUNCIÇÕES

As enunciações analisadas foram produzidas a partir da metodologia da história oral temática, pois centramos nossa investigação na constituição dos sujeitos participantes deste estudo nos diferentes espaços educativos.

A história oral temática é uma metodologia de produção dos dados que, segundo Meihy (1996) e Meihy e Holanda (2010), refere-se a um assunto, um tema, uma etapa ou um acontecimento específico da vida do/a entrevistado/a. A história do sujeito é levada em conta a partir de aspectos específicos, e não de toda a sua história de vida. Nesse caso, o questionário é um artefato importante para a realização da entrevista, pois permite o direcionamento ao qual se quer investigar.

Segundo Meihy (1996), a entrevista em si não constitui a história oral temática. Assim, organizamos um projeto apontando as especificidades do estudo. Nesse projeto elencamos a rede de participantes da pesquisa, a qual é composta por sujeitos gays, travestis e transexuais indicados para entrevista pelo presidente da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ALGBT) de Rio Grande, RS. A rede é composta por oito entrevistados/as. Léo, Vêto e Robert autoidentificaram-se como gays; Gisele,⁵ Maria Regina, Naraya Luisa Brum e Luciana Guerra, como transexuais; e Cindy como travesti.

Em articulação com a história oral temática, desenvolvemos a metodologia de observação participante, que é entendida por Angrosino (2009) como um processo, e não um ato isolado. A observação participante requer alguns aspectos importantes, tais como a seleção do local da observação, o acesso aos sujeitos ou grupo a serem observados, a atenção às anotações a serem produzidas em diários etc.⁶

Realizamos a observação participante durante as reuniões da associação LGBT e em um salão de beleza, do qual o presidente da associação, entrevistado nesta pesquisa, é proprietário. Esse é um espaço onde três do total de entrevistados/as nesta pesquisa trabalham e por onde os/as demais transitam. Para realizar o processo, produzimos um roteiro, elencando os objetivos da observação, as questões a serem levadas em conta para os direcionamentos futuros da pesquisa e os aspectos a serem observados. Apresentamos, também, alguns registros produzidos em diários por meio da metodologia de observação participante.

5 É válido destacar que os nomes dos/as entrevistados/as utilizados na pesquisa foram escolhidos por cada um/a. Alguns/algumas mantiveram seu nome civil e/ou social; outros/as optaram pelo anonimato, escolhendo outro nome para sua identificação. Na primeira entrevista realizada com Gisele, ela se identificava como Ricardo e reconhecia-se como gay. Com o passar do tempo, reconheceu-se e assumiu-se como transexual, voltando a ser entrevistada na pesquisa.

6 Para o desenvolvimento das metodologias, entregamos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Com o objetivo de conhecer como esses sujeitos produzem-se em diferentes instâncias sociais, apresentamos as enunciações que são analisadas a partir de algumas ferramentas da análise do discurso proposta por Michel Foucault. Ao analisar o discurso, não se pretende interpretar o que está por trás do ato enunciativo, mas sim analisar o que é visível. É olhar para o exterior, e não buscar algo escondido. O que pretendemos, neste estudo, não é desvendar o que está nas entrelinhas das enunciações produzidas pelos/as participantes da pesquisa, nem tampouco julgar o sentido de verdade que tal enunciação pode ter ou não, mas sim problematizar e analisar aquilo que é dito, o que é posto em suas narrativas, discutindo sobre as implicações disso na constituição de suas subjetividades. Destacamos o entrelaçamento dessas enunciações, problematizando o quanto as instâncias sociais reproduzem o discurso da heteronormatividade,⁷ interpelando os sujeitos.

INSTITUIÇÃO FAMILIAR: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO?

A família é, talvez, um dos primeiros espaços educativos em que os sujeitos LGBT encontram dificuldades e embates com relação à sua identificação e reconhecimento enquanto tais, pois esta se constitui no primeiro espaço de socialização dos sujeitos. Assim, problematizamos o quanto essa instância produz efeitos na constituição dos sujeitos instituindo modos de ser e estar na sociedade. Na família, muitos valores, normas e crenças são (re)produzidos, especialmente em relação às identidades de gênero e sexuais, reforçando o discurso da heteronormatividade.

Véto destaca a dificuldade em assumir a homossexualidade na família:

Na família, com certeza, porque a pessoa é criada de uma maneira, que os pais estão pensando em um futuro para aquele filho, e aquilo para mim é tipo uma pressão. Então, meu pai quer que eu seja assim, meu pai sonha que eu tenha uma família, que eu constitua uma família, que tenha filhos [...]. Eu não quero isso pra mim. [...] eu tive pressão dos pais. Meu pai dizia: “– Quando tu crescer, eu quero que tu seja como eu”.

Os discursos (re)produzidos pela família instituem modos, atitudes e posturas adequados socialmente. Entretanto, nem sempre as expectativas dos pais e mães com relação aos modos de ser homem e mulher, por exemplo, são atendidas pelos/as filhos/as, o que causa grande preocupação e pode levar à repulsa e exclusão de alguns sujeitos do âmbito familiar.

Em sua enunciação, Cindy aponta a relação conturbada que teve com sua mãe. Já com relação a seu pai, ela acredita que ele seria mais compreensível se con-

7 Por heteronormatividade entendemos “o conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única forma legítima e natural de expressão identitária e sexual” (Carvalho; Andrade; Junqueira, 2009, p. 20). As discussões que reforçam e (re)produzem a heterossexualidade como norma e caracterizam as demais subjetividades como desvio, como anormalidade, compreendem o discurso da heteronormatividade.

vivesse com ela no momento em que se assumiu. Ela destaca que, primeiramente, assumiu-se homossexual; depois, com o tempo, foi assumindo e reconhecendo-se como travesti.

[...] Na minha família, a única que não me aceitou foi a minha mãe. Me pôs pra fora de casa, me falava coisas horríveis. [...] Foi a pessoa que mais me discriminou. [...] Na verdade, com meu pai eu nunca tive acompanhamento dele, porque, quando eu era muito pequena, o meu pai era alcoólatra e ele foi internado, eu era ainda muito pequena. [...] As poucas lembranças que eu tenho dele são boas, assim, de eu ter certeza que ele, no estado lúcido, se tivesse, hoje me aceitaria sem problemas nenhum.

Gisele destaca que, quando assumiu a homossexualidade na família, sua mãe não aceitava; quem sempre lhe dava apoio era sua irmã. Mas, com o tempo, sua mãe foi entendendo e, aos poucos, aceitando. Entretanto, quando assumiu sua transexualidade, Gisele garante que a relação com a família, principalmente com sua mãe (seu pai faleceu antes de Gisele assumir-se na família), melhorou muito.

Melhorou assim 100, 200 a 300%. Minha mãe me trata super bem, me dá roupa de mulher. Minha irmã também, ela sempre soube, né? Meu irmão, que era preconceituoso, e minha cunhada, hoje em dia, me acham uma diva.

Maria Regina destaca que, atualmente, sua família aceita sem nenhum problema a sua transexualidade. Entretanto, inicialmente, quando se assumiu na família, sua mãe apresentava dificuldades em relação a isso:

[...] minha mãe até achava que eu até podia ser gay, mas que eu fosse um gay vestido de homem. Não queria que eu fosse vestido de mulher. Ela tinha medo pelo preconceito e tinha medo do que os outros iam pensar. Mas nem era muito os outros, era mais a família. [...] Quando eu era novo, me assumi gay e eles tiveram o maior preconceito. [...] O meu pai sempre disse pra mim que pra ele não faz diferença nenhuma. As minhas atitudes vão continuar as mesmas, se eu for um gay masculino, um gay afeminado ou se for um travesti ou uma transexual.

Maria Regina aponta o fator de grande preocupação de sua mãe em relação a sua identidade sexual e de gênero. Ela não aceitava que Maria Regina, na época, desviasse do que é permitido socialmente: meninos seguindo o gênero masculino, e meninas, o feminino. É por esse viés que Butler (2010) discute sobre inteligibilidade cultural. Para a autora, há uma imposição social que prima pela coerência e continuidade entre sexo/gênero/prática sexual e desejo.

[...] A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer”

seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural. (*idem*, p. 39)

De acordo com sua mãe, Maria Regina não corresponde com essa inteligibilidade socialmente instituída, pois não estabelece coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejo. Maria Regina causa uma desordem nas normas, de gênero e sexualidade, socialmente construídas. Ela apresenta uma identidade incoerente, uma identidade de gênero não hegemônica. O mesmo pode ser entendido a partir da situação vivenciada por Luciana Guerra, que se reconhece como transexual lésbica. Antes de sair na rua vestida com roupas femininas e assumir sua transexualidade fora de casa, ela contou, primeiramente, para seu pai e sua mãe. Avisou a eles que mudaria o corpo, que estava passando por um processo de ingestão de hormônios e que desejaria ter um corpo de mulher, não de homem.

Eles ficaram se questionando: “- Tá, mas se tu gostas de mulher, como tu vais ter um corpo de mulher?” E eu: “- Sim, mas eu continuo gostando de mulher só que eu quero ter um corpo de mulher”. [...] E aí meu pai chorou, minha mãe falou muito, acho que herdei isso dela, ela ficou falando várias coisas e questionando. Dizendo: “- Mas tu não podes ser assim. Nenhuma mulher vai te querer”. [...] Então, foi bem complicado. Foi um assunto que ficou até hoje inacabado, assim.

Maria Regina afirma que não poderia esperar que sua mãe aceitasse seu modo de ser e de vestir-se, uma vez que teria de deixar a felicidade de lado.

Se eu vou sempre adiando por causa da minha mãe, se a minha mãe dura 100 anos? Vou ser infeliz por quanto tempo? Não, eu não posso, isso é errado comigo mesmo. Eu não posso deixar de viver porque a minha mãe pensa o que é certo e o que é errado. Eu tenho que viver a minha vida. Foi quando eu saí de casa e fui viver a minha vida. [...] Saí pra morar com outros amigos. [...] Tu acaba tendo outros vínculos que são pessoas que te entendem, vivem a mesma coisa que tu vive, sofrem as mesmas coisas que tu sofre.

A estratégia adotada por Maria Regina é a que muitos/as lésbicas, gays, travestis e transexuais utilizam quando não são expulsos pela própria família. A liberdade para poder ser e agir da forma que deseja faz com que muitos/as abandonem o espaço que no momento impõe-lhes limitações. Nesse sentido, buscam por grupos e pessoas com afinidades, encontrando um modo de viver sem ter de privar-se do que se quer.

A dificuldade enfrentada pelos/as familiares em aceitar as subjetividades que diferem da heterossexualidade não se atribui somente ao fato de esta ser determinada como a norma, mas também em relação ao desprezo que sofrem nas diferentes instâncias sociais. É o que Luciana Guerra e Léo afirmam:

Luciana Guerra: [...] teve uma oportunidade que minha mãe me pegou com roupa de mulher e ela acabou sendo bem dura, assim. Ela falou que as pessoas iam me excluir, que eu poderia apanhar na rua e que ela não queria que eu fizesse isso em casa e nem em lugar nenhum, que quando eu me sustentasse, que não dependesse deles, que eu ia poder mudar pro jeito que eu quisesse, mas longe do olhar dela.

Léo: Eu contei pra minha mãe que eu estava apaixonado por um homem [...]. E a minha mãe chorou muito [...]. Isso, aos 12 anos. Eu tive medo, mas encarei [...]. Medo geral na realidade, era medo também da minha mãe se decepcionar de ter um filho homossexual, mas também pelas pessoas da rua, as pessoas falavam muito mal da homossexualidade, a gente era tratado com diferença em todas as partes, era algo ruim e inexplicável. Ela nunca foi capaz de me excluir, mas a minha mãe tinha medo, como ela me falou, do preconceito que eu iria sofrer fora [...]. E o medo dela, do meu pai e das minhas irmãs era que eu sofresse preconceito na rua, que eu apanhasse, tudo que um homossexual sofre.

Entretanto, parece ser o desvio em relação à heterossexualidade, e consequentemente à norma, o motivo de grande preocupação por parte da família de sujeitos LGBT. Embora evidenciemos que, na contemporaneidade, os arranjos familiares têm se distanciado do modelo tradicional formado por um casal heterossexual, branco e cristão; a família tem grandes expectativas em relação aos/as filhos/as que sejam formadores de outras famílias também hegemônicas.

A família, portanto, é um dos instrumentos utilizados para o governo da vida dos sujeitos em sociedade. Ela, a partir de suas diferentes estratégias ou práticas normativas, busca conduzir a vida dos sujeitos, regulando seus modos de ser. A família está envolvida no disciplinamento dos corpos e dos indivíduos, normalizando os sujeitos e trazendo-os para a norma (Klauss, 2004).

Conforme dito anteriormente, Foucault (2008) destaca que, com a emergência da ciência política, isto é, com a instauração de outros modos de governar, a família como modalidade de governo desaparece. A família, agora, constitui-se como apoio para governar a população. Assim que a família torna-se parte interior da população, ela deixa de ser um modelo, passando a um “segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar” (*idem*, p. 139).

Segundo Foucault (2001a), até meados do século XVIII, a família, que era caracterizada pela família relacional, que se preocupava com as transmissões de parentesco, com as relações de descendência, com as divisões de bens etc., assume outra configuração. Isto é, a família aristocrática e burguesa, que controlava a sexualidade infantil e que deu início à campanha contra a masturbação, reorganiza-se no início do século XIX na família-célula, uma família do tipo afetiva, substancial. A família-célula constitui-se em um espaço de contato direto entre pais e filhos/as. Os pais assumem a vigilância meticulosa sobre os/as filhos/as, diminuindo o contato destes/as com os/as domésticos/as. Isso quer dizer que, “no momento mesmo em

que se encerra a família celular num espaço afetivo denso, investe-se essa família, em nome da doença, de uma racionalidade que a liga a uma tecnologia, a um poder e um saber médicos externos” (*idem*, p. 317).

Desde o momento em que a masturbação torna-se alvo de preocupação da instituição família-célula, esse espaço é atravessado pela racionalidade médica. Os pais passam a vigiar a sexualidade dos/as filhos/as, controlam seus gestos, produzem o diagnóstico para que ocorra, então, a intervenção médica.

Em suma, a instância da família medicalizada funciona como princípio de normalização. É essa família, a qual foi dado todo poder imediato e sem intermediário sobre o corpo da criança, mas que é controlada de fora pelo saber e pela técnica médicos, que faz surgir, que vai poder fazer surgir agora, a partir das primeiras décadas do século XIX, o normal e o anormal na ordem sexual. A família é que vai ser o princípio de determinação, de discriminação da sexualidade, e também o princípio de correção do anormal. (*idem*, p. 322)

Percebemos que essa constituição de família que vigia, que busca corrigir as atitudes e os comportamentos dos/as filhos/as e que é agente de medicalização, isto é, que busca no saber médico estratégias de intervenção, apresenta-se também na contemporaneidade. Nesse sentido, salientamos o quanto a família também vem produzindo efeitos na constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais, e que tal família muitas vezes é a que sugere e impõe que tais sujeitos busquem nos consultórios médicos ou psicológicos a cura ou explicação para a homossexualidade, travestilidade e transexualidade. Uma das primeiras reações de pais e mães ao saberem da homossexualidade, por exemplo, de seus/as filhos/as é pensar em maneiras de obter “o tratamento e a cura”, já que aquela é entendida como uma prática ou postura anormal.

O processo de romper com as normas sociais, de colocar em evidência as atitudes e os gestos que são práticas descontínuas com relação às imposições sociais, como comenta Butler (2010), é uma forma de tornar o corpo alvo de controle e investigação pela família, mas também pelas instituições médicas e psicológicas.

INSTITUIÇÕES MÉDICAS E PSICOLÓGICAS: EM BUSCA DO TRATAMENTO...

As instâncias médicas e psicológicas, às quais damos ênfase neste texto, são também constitutivas dos sujeitos. Segundo Foucault (2011), a partir do século XIX, por intermédio da psiquiatria, a medicina apresenta sua função social em uma sociedade da normalização. O poder da medicina, nesse sentido, emerge em diversos contextos: na família, nas escolas, nos tribunais, avança também sobre a sexualidade, sobre a educação etc. “A norma se torna o critério de divisão dos indivíduos. Dado o fato de estar sendo constituída uma sociedade da norma, a medicina como a ciência acima de tudo do normal e do patológico, será a ciência rainha” (*idem*, p. 395).

Muitos/a médicos/as, a partir das normas, seja em relação aos modos de alimentar-se, de exercitar-se, seja aos cuidados em geral com a saúde, contribuem

para produzir-nos. As “vozes autorizadas” dos/as médicos/as e de especialistas de diversas áreas *psi*, por exemplo, ditam-nos as formas de como devemos cuidar do corpo e da sexualidade. Desse modo, a partir de inúmeras estratégias, acabam classificando os sujeitos e seus modos de ser e agir, instituindo a anormalidade e a normalidade. Partindo desse pressuposto, entendemos algumas instituições médicas como heterotopias. Foucault afirma que heterotopias são lugares efetivos que se apresentam na própria sociedade em que “os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (Foucault, 2001b, p. 415).

Entendemos as instituições psiquiátricas e também as psicológicas como heterotopias do desvio, pois Foucault define esse tipo de heterotopia como “aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida. São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas; são bem entendido também, as prisões [...]” (*idem*, p. 416). Assim, tais instâncias, ao exercerem certo mecanismo de controle e vigilância sobre os sujeitos e seus corpos, principalmente sobre os/as entendidos/as como desviantes da norma, tornam-se locais que estabelecem modos de ser. As práticas normalizadoras aplicadas a esses sujeitos dependem do contexto vivenciado.

Os/as entrevistados/as narram sobre o entendimento e associação da homossexualidade à patologia, comentando que em algum momento da vida já foram encaminhados/as aos/às psicólogos/as porque a família achava necessário um “tratamento” em relação a sua identidade de gênero ou sexual. Nesse sentido, o/a psicólogo/a acaba exercendo “certo tipo de poder ao decidir sobre o caminho que uma pessoa deve tomar” (Foucault, 2011, p. 308).

Luciana Guerra: Na verdade, a minha mãe me propôs isso e eu achei ótimo. Eu disse: “– Então tá, a gente vai em um psicólogo”. [...] Eu fui e a psicóloga falou. Depois de, acho que uns 30 minutos, a gente conversando, ela pegou e disse: “– Olha, eu não tenho o que falar contigo. Eu tenho que falar com os teus pais, porque eu estou vendo que tu estás bem certa disso”.

Cindy: Sim, dos 7 aos 14 anos. E para mim era normal, porque eu ia, ficava fazendo desenhos, conversava, falava, acontecia. E aí, no último psicólogo que eu fui, que tipo... e ela [a mãe] sempre insistindo com psicólogo, de que tinha alguma coisa errada [...]. E aí foi quando eu me assumi que parou o tratamento de psicólogos, porque não adiantava mais, né? Nós íamos para o atendimento em grupo, eu, ela e o psicólogo, e ela se botava a chorar. Dizia que não aceitava, que não sei o quê, que ela não tinha mais filho.

Léo: A minha mãe queria me levar para o CENCA, que é o juizado de menor, e depois fazer um encaminhamento com psicólogos, porque nessa época eu já tinha amigos que moram na minha rua que são homossexuais. Eles acho que tinham 15 anos, eu tinha 12, e a minha mãe achava muito errado eu andar com aquele tipo de gente.

Naraya Luisa Brum: [...] eu tive que ir em cinco psicólogas. As cinco me disseram que era uma fase. Até uma tentou, assim, ao modo dela, de querer me mudar, de tentar me tirar dessa fase, ela tentou me seduzir. Era uma roupa apertadinha, um decote quase com as tetas de fora, uma calça apertada e tal, mas eu via ela e dizia: “– Ai, eu ainda vou me vestir assim”.

Gisele: Ela [mãe] queria me levar pra psicólogo também para ver se eu tinha alguma coisa na cabeça, sei lá eu. Me proibiu de um monte de coisas, não deixava nem eu sair. Quando eu saía, ela vivia no meu pé, pedia sempre para alguém ficar me cuidando para ver o que eu ia fazer na rua.

É interessante notar tanto as estratégias utilizadas pelos familiares, aqui no caso especificamente pelas mães, para “tratar” a homossexualidade ou transexualidade dos/as filhos/as quanto as adotadas por alguns/algumas psicólogos/as em seus consultórios de atendimento. A enunciação de Naraya Luisa Brum evidencia que a psicóloga apresenta-lhe um modo de fazer com que ela desviasse da transexualidade, utilizando-se de um mecanismo de sedução para isso.

Segundo Foucault (2010b), a psicologia surge com a história da loucura no Ocidente e emerge no século XV. Assim, na experiência da loucura, o espaço do internamento reflete um processo de segregação dos loucos. O internamento evidencia também uma organização social, isto é, não apresenta somente a função de exclusão. Segundo Foucault (*idem*, p. 83), o internamento:

[...] aproximou, num campo unitário, personagens e valores entre os quais as culturas anteriores não tinham percebido nenhuma semelhança. Imperceptivelmente, estabeleceu uma gradação entre eles na direção da loucura, preparando uma experiência – a nossa – onde se farão notar como já integrados ao domínio pertencente à alienação mental. A fim de que essa aproximação fosse feita, foi necessária toda uma reorganização do mundo ético, novas linhas de divisão entre o bem e o mal, o reconhecido e o condenado, e o estabelecimento de novas normas na integração social.

Foucault (*idem*) destaca que, a partir do século XVII, as experiências relacionadas à sexualidade são aproximadas da loucura e postas no exílio, constituindo o mundo do desatino. Entre essas experiências estão as relacionadas à família, ou seja, à organização familiar burguesa. No final do século XVIII, algumas formas de sexualidade serão relacionadas, então, com o desatino e a doença mental. Estabeleceu-se na era moderna, a partir do Classicismo, uma divisão entre o amor racional e o desatinado. A homossexualidade, por exemplo, é relacionada, nesse contexto ao desatinado, ocupando, aos poucos, uma posição próxima à loucura. A própria sexualidade é posta na divisão entre a razão e o desatino e, conseqüentemente, entre a norma e anormalidade, entre a saúde a doença (*idem, ibidem*).

O internamento assume o papel de isolar os que representavam um perigo para a sociedade; entre eles estão os doentes venéreos, os libertinos, os devassos e, também, os insanos. O internamento, a partir da separação dos/as que eram excluí-

dos/as socialmente, configurava-se mais em um espaço de operação de estratégias de poder do que em um espaço médico de diferenciação dos sujeitos (Silveira; Simanke, 2009). A prática do internamento no século XVII não se configura em um espaço médico, não havia ligação do internamento com a medicina nessa época.

De acordo com Foucault (2010b), é a partir do século XVIII que a medicina instaura-se no cenário da loucura, por meio do estudo das curas das doenças nervosas. Nesse contexto das curas, possibilita-se a emergência da psiquiatria da observação e instaura-se um diálogo entre o louco e o médico. Estabelecem-se algumas ideias terapêuticas acerca da cura da loucura. Entretanto, na Era Clássica não há distinção entre medicamentos físicos, psicológicos ou morais, uma vez que a psicologia não existe. Isso só ocorrerá no século XIX, quando são inventados os métodos morais. “A distinção entre o físico e o moral só se tornou um conceito prático na medicina do espírito no momento em que a problemática da loucura se deslocou para uma interrogação do sujeito responsável” (*idem*, p. 325).

Assim, nasce a psicologia, que não é entendida como a verdade da loucura, mas indica que a loucura está dissociada de sua verdade, que era o desatino (*idem*).

Ou seja, o homem só tornou-se uma “espécie psicologizável” a partir do momento em que sua relação com a loucura permitiu uma psicologia, quer dizer a partir do momento em que sua relação com a loucura foi definida pela dimensão exterior da exclusão e do castigo, e pela dimensão interior da hipoteca moral e da culpa. Situando a loucura em relação a estes dois eixos fundamentais, o homem do começo do século XIX tornava possível uma tomada sobre a loucura e através dela uma psicologia geral. (Foucault, 1975, p. 59)

Filho e Trisotto (2007, p. 12), discorrem sobre a psicologia entendendo-a como disciplina da norma. Eles afirmam que a psicologia tem o poder de dizer quem são os sujeitos, de falar de nossa subjetividade, “no entanto, ela sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não, patologizadas”.

É nesse sentido que entendemos as instituições psicológicas como instâncias sociais e disciplinares que participam da constituição dos sujeitos, a partir de estratégias de governo, as quais os classificam. Segundo Foucault (2002), a psicologia contemporânea pode ser caracterizada pela investigação e análise do anormal. Embora as enunciações não evidenciem que os/as psicólogos/as, com exceção no caso de Naraya Luisa Brum, tenham exercido alguma intervenção ou prática de correção, a psicologia, muitas vezes, rotula os sujeitos, atribuindo aos/às que escapam da norma a sanção normalizadora necessária.

As instituições psicológicas instituem, então, modos de ser e estar a partir de seus discursos, que muitas vezes reproduzem e reforçam o preconceito com relação às identidades sexuais e de gênero. Tais discursos, muitas vezes, classificam a homossexualidade, por exemplo, como patologia.

No entanto, em 1973, a Sociedade Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista oficial das doenças psiquiátricas e, na mesma época, esta

também foi retirada do Código Internacional de Doenças (CID). A partir de 1980, usa-se o termo homossexualidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade de sua lista de doenças mentais no dia 17 de maio de 1990, sendo este instituído o Dia Internacional de Combate à Homofobia.

Embora a homossexualidade, por exemplo, tenha sido retirada da lista de doenças mentais da OMS no final do século XX, atualmente alguns especialistas das áreas da psicologia e da psiquiatria, por exemplo, instituem a homossexualidade como um desvio, estabelecendo estratégias de recuperação de sujeitos homossexuais, buscando uma forma de intervir e orientar a cura dessa doença.

Já as transexuais, para conseguirem modificar seus corpos por meio da realização da cirurgia de mudança de sexo ou transgenitalização devem ser diagnosticadas e, se obtiverem aprovação nos testes médicos e psicológicos realizados, podem vir a ter o corpo e o “sexo” desejado. Nesse sentido, observa-se, ainda, os saberes médicos e psicológicos debruçando-se sobre os sujeitos homossexuais, travestis e transexuais, no intuito de realizar um estudo minucioso sobre seus corpos, buscando de certa forma esquadrinhá-los, classificá-los e intervir sobre eles.

Nas instâncias médicas e psicológicas, precisamos confessar nossos comportamentos e atitudes para, então, receber um diagnóstico e o tratamento. Gays, travestis e transexuais, por exemplo, são alvos constantes dessa técnica de produção da verdade nos consultórios. São encaminhados/as para esses espaços com a proposta de obter o tratamento e, talvez, a cura da “patologia” que os/as acomete, a partir do olhar e intervenção de psicólogos e até mesmo de psiquiatras.

Segundo Foucault (2011, p. 306):

[...] desde o século XVIII uma das grandes funções da medicina, da medicina psíquica, psiquiátrica, psicopatologia, neurológica, foi precisamente substituir a religião e reconverter o pecado em doença, mostrar que aquilo que era um pecado talvez não fosse punido naquele tempo, mas certamente o será agora. Essa foi uma das grandes funções da medicina no século XVIII.

Embora a medicina tenha tido a proposta, no século XVIII, de substituir o pecado pela doença, as práticas de gênero e sexualidade classificadas como transgressoras são vigiadas também pelas instâncias religiosas. Em muitas destas, a sexualidade precisa ser confessada, isto é, técnicas de produção da verdade são instauradas sobre os sujeitos. As instituições religiosas também buscam, de algum modo, a partir de algumas estratégias, intervir na vida dos sujeitos ditos desviantes, de modo a trazê-los para a normalidade, para a heterossexualidade.

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS: A HOMOSSEXUALIDADE COMO PECADO OU “CASTIGO”?

As instituições religiosas, a partir de seus ritos e crenças, instituem quais comportamentos são admitidos socialmente e moralmente, conduzindo a vida dos sujeitos. Por meio de suas enunciações religiosas, algumas instituições buscam estabelecer a norma a partir daquilo que está escrito na Bíblia, por exemplo. Nessas

instâncias, reforça-se a heterossexualidade como única forma legítima e natural de relação.

Cada cultura tem, certamente, uma série coerente de gestos de partilha, dos quais a proibição do incesto, a delimitação da loucura e talvez certas exclusões religiosas são apenas casos particulares. A função desses gestos, em sentido estrito do termo é ambígua: no mesmo momento em que marcam o limite, abrem espaço de uma transgressão sempre possível. Esse espaço assim escandido e aberto tem sua configuração própria e suas leis: ele forma, para cada época, o que se poderia chamar o “sistema transgressivo”. (*idem*, p. 271)

As práticas transgressoras de gênero e sexualidade são censuradas e capturadas, por exemplo, pelo discurso da salvação. Em muitas instâncias religiosas, há um controle sobre o corpo e sobre os desejos dos sujeitos, sendo, então, marcados pela confissão, técnica específica de produção da verdade que, ainda hoje, opera em muitas instituições religiosas, buscando trazer o sujeito desviante para a zona de normalidade.

Questionada sobre o que leva as pessoas a não aceitarem a multiplicidade sexual e de gênero, isto é, as distintas formas de experimentar nossos desejos e prazeres e de ser e estar, Luciana Guerra comenta que a religião, e também sua articulação com outras questões, é um dos grandes fatores que contribuem para isso.

É pela questão religiosa. Isso que leva as pessoas a não aceitarem, a maioria das pessoas e principalmente a família. [...] tem outra questão além da religiosa que é a questão do machismo, que não necessariamente vem de questão religiosa. Talvez uma boa parte do machismo, sim, mas é a questão do machismo junto com a questão religiosa. Tanto na rua, porque é desonroso para um pai ter um filho gay, não só religiosamente falando, mas por ele, no caso, não constituir uma família, não poder constituir uma família com filhos naturais dele, mas também pelo fato de ser contra a vontade de Deus.

Muitas instituições religiosas acabam tornando-se instâncias reguladoras das práticas sociais. Os discursos reproduzidos nesse espaço potencializam o preconceito ao reafirmarem as identidades sexuais que divergem da heterossexualidade como práticas pecaminosas. Natividade (2009) destaca que a heterossexualidade compulsória manifesta-se nos discursos religiosos de diferentes formas, seja a partir do silêncio acerca das questões das sexualidades e dos gêneros, seja a partir da (re)produção de discursos e representações que acarretam no preconceito aos sujeitos LGBT.

Algumas instâncias religiosas também se utilizam de discursos de acolhimento aos/às homossexuais, travestis e transexuais. Entretanto, limites estabelecem-se, isto é, acolhe-se desde que não se torne visível a identidade sexual e de gênero transgressora nesses espaços. Estratégias conservadoras são (re)produzidas a todo instante.

Em contrapartida, uma das entrevistadas busca na doutrina espírita explicações para sua homossexualidade e transexualidade.

A pessoa já nasce gay. Ela não vira gay [...]. Eu não acho que está na genética. Eu acho que está na religião. Eu acredito no espiritismo. Para o espiritismo, a pessoa que é gay é que na outra vida ela foi uma pessoa muito preconceituosa ou era uma pessoa que teve pressa de reencarnar. Ou é uma pessoa que foi muito ruim. Mais ou menos isso, que reencarna na vida gay. Então, eu acredito na religião. [...] De repente, na vida passada, eu fui um cara muito preconceituoso, matei algum gay, tive relacionamento com alguma transexual e matei ela, ou fiz alguma coisa errada pra ela.

Gisele destaca que viver como homossexual e posteriormente como transexual é uma forma de “pagar” por algum “erro” cometido em outras vidas, como se fosse uma forma de vivenciar uma experiência a qual ela discriminou em outra vida, buscando no espiritismo explicar sua identidade sexual e de gênero. É possível evidenciar, a partir da fala de Gisele, o quanto a “explicação” para sua homossexualidade e transexualidade está na busca em algo que escapa a nós, isto é, na religião.

Natividade (2009, p. 130) ressalta que, ao fazer uma análise acerca de alguns estudos que discutem a relação entre diversidade sexual e religião, cabe primeiramente:

[...] destacar a existência de respostas muito plurais que variam entre religiões distintas, assim como no interior de uma mesma denominação ou mesmo no seio de um grupo local. [...] ao menos em um plano normativo, há religiões em que haveria espaço para uma relativa valorização da diversidade sexual (como as afro-brasileiras), enquanto posicionamentos católicos e evangélicos expressariam a persistência de uma rejeição às práticas homossexuais, qualificadas como pecado a partir de diferentes estratégias discursivas.

Muitas instituições religiosas têm buscado dirigir a conduta dos sujeitos. A partir de estratégias de governo, buscam regular e normalizar as atitudes e comportamentos desviantes. Esse ato de governar instrui os sujeitos a confessar suas práticas e seus desejos para que, dessa forma, as “punições” operem sobre eles/as, de forma que estabeleçam o “padrão normal” de sexualidade, a heterossexualidade. As homossexualidades, as travestilidades e as transexualidades, em meio aos discursos (re)produzidos por essas instituições, assumem diversas classificações. Tais subjetividades contra-hegemônicas são tidas como práticas antinaturais, como abominações, como pecados, pois não há a possibilidade de procriação, não correspondendo com a constituição da família patriarcal. Esse viés decorre principalmente de instâncias ligadas ao cristianismo.

O cristianismo, ao tornar-se a religião do Estado, traz para a história da sexualidade e dos prazeres novos mecanismos de poder, como o poder pastoral, já comentado anteriormente. Assim, desde essa época, a história da sexualidade no Ocidente está associada mais aos mecanismos e estratégias do poder, e não às proibições (Foucault, 2010a).

Entretanto, Natividade (2009) destaca que historicamente há certo conflito na relação entre diversidade sexual e cristianismo, e que tal relação tem sido marcada pela reprodução de discursos e normas que controlam e regulam a sexualidade.

André Musskopf (2012) destaca que, embora alguns avanços em relação à articulação religiosidade–sexualidade tenham ocorrido, há um grande embate entre a esfera religiosa e os direitos sexuais, salientando os efeitos produzidos na sociedade pela intolerância religiosa. O autor afirma que tal intolerância tem propiciado e impulsionado alguns movimentos religiosos a interferirem sobre as questões políticas, o que acaba por afetar a laicidade do país.

Vemos algumas igrejas realizando discussões e avançando em questões relacionadas à sexualidade, proliferação de “igrejas inclusivas” (nem sempre, necessariamente, mais abertas quanto à vivência da sexualidade) e, ao mesmo tempo, ataques cada vez mais virulentos a temas como diversidade sexual e direitos sexuais por parte de outras igrejas e grupos de caráter religioso. Isso demonstra de que forma o controle dos corpos, por determinados sistemas políticos e ideológicos, resiste, e como determinadas tradições religiosas em especial têm servido de canal para esse controle. (*idem*, p. 145)

Nesse contexto, muitos discursos emergem na contemporaneidade acerca dos efeitos produzidos pela intolerância religiosa no âmbito dos Direitos Humanos. Inúmeros discursos religiosos têm impedido que avanços com relação aos direitos e à pluralidade estabeleçam-se. A pressão do segmento religioso, especialmente fundamentalista, e o embate com o movimento homossexual rendem inúmeras discussões também na esfera política.

Discutiremos, a seguir, como o movimento LGBT vem articulando-se na luta e no combate ao preconceito e caracterizando-se como uma instância social também constituidora dos sujeitos, mas também como um espaço educativo.

ASSOCIAÇÃO LGBT: ESPAÇO DE LUTA E VISIBILIDADE!

Os espaços onde o movimento LGBT reúne-se e debate sobre as questões que lhe interessam, principalmente as com relação aos Direitos Humanos, também são espaços de constituição dos sujeitos. A associação LGBT do Rio Grande é, portanto, uma das instâncias em que os sujeitos participantes deste estudo também produzem suas subjetividades. Nesse espaço, eles/as articulam propostas de luta pela igualdade de direitos e pela visibilidade do movimento no município e é onde são colocadas em exercício estratégias de governamento. As atitudes dos sujeitos são, de alguma maneira, controladas e conduzidas.

Ferrari (2004) discute que o movimento homossexual tem buscado lugar no espaço público, constituindo-se como um espaço de produção de conhecimento, de debates e de luta política para além de seus muros. O movimento é também um espaço educativo. “O trabalho do movimento gay constitui-se essencialmente no que Foucault classifica como causa política, quando trata do discurso produzido sobre sexo, sexualidade, desejo, verdade, ou seja, com os reflexos da nossa herança moderna” (*idem*, p. 114). Para esse autor, o movimento homossexual emerge a partir de uma preocupação com a política das identidades, de gênero e sexuais. Ele surge com a proposta de evidenciar outras possibilidades de viver as homossexualidades, destacando aspectos positivos acerca destas.

Segundo Facchini (2005), o movimento homossexual emerge no Brasil no final de 1970 e é representado por duas ondas. A primeira onda – 1978 – seria caracterizada pela emergência do Grupo Somos, de São Paulo, e também pelo jornal *Lampião da Esquina*. O Grupo Somos foi caracterizado como um modelo de organização e articulação política, adquirindo visibilidade por sua atuação e pela importância que teve na experiência de vida das pessoas que transitaram nesse espaço. E o jornal *Lampião da Esquina* possibilitava que muitos grupos fossem conhecidos e adquirissem visibilidade, pois publicava e divulgava o trabalho desses grupos.

Em 1980, o Somos divide-se em três grupos: o Somos, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e o Grupo de Ação Homossexualista, conhecido posteriormente como Outra Coisa. O movimento homossexual sofre inúmeros conflitos e declínios, o que pode ser justificado pelo surgimento da aids. Em 1981, o *Lampião* encerra suas atividades.

Com os surgimento da aids, em 1980, as representações sociais e o preconceito com relação à homossexualidade, entendida como peste gay, intensificam-se. O movimento homossexual articula-se, mobiliza-se e posiciona-se, promovendo ações sociais de prevenção e combate à aids e ao preconceito (Ribeiro; Soares; Fernandes, 2009). Entretanto, essa articulação aids/homossexualidade ainda permanece no imaginário social. Desde 1980, o movimento vem fortalecendo-se na luta pelos direitos humanos e na atuação na esfera política, buscando desmistificar os discursos sociais que reproduzem o preconceito com relação às identidades de gênero e sexuais.

Nesse contexto, destaca-se a segunda onda do movimento, na década de 1980, a qual é demarcada pelo surgimento do Grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, do Grupo Gay, da Bahia (GGB – Salvador), e do Atobá, também do Rio de Janeiro. A relação negativa aids-homossexualidade leva o grupo Triângulo Rosa a não discutir a luta contra a aids no movimento. Já o GGB e o Atobá conseguem trabalhar e articular propostas que deem um reposta coletiva a esse sentido negativo, promovendo uma desvinculação da homossexualidade à aids. Esse foi um dos aspectos marcantes na segunda onda do movimento homossexual (Facchini, 2005).

Segundo essa autora, os anos 1990 foram marcados pelo ressurgimento do movimento homossexual no Brasil. Em 1992, voltam a surgir vários grupos nos encontros nacionais do movimento. Entre inúmeros encontros de discussão nacional com relação à homossexualidade e discriminação, e em razão da participação de vários grupos no movimento, emerge, em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que vem trabalhando na divulgação de trabalhos e propostas no âmbito do movimento e promovendo ações de combate ao preconceito e reconhecimento dos direitos LGBT.

Ramos (2005) aponta que 1990 é caracterizado por acontecimentos importantes como relação à homossexualidade, tais como: 1) a emergência de ações no âmbito dos direitos por parte do legislativo e da justiça; 2) o aumento no número de espaços de sociabilidade LGBT, bem como de produtos (revistas, *sites* de internet etc.) relacionados aos gays e às lésbicas; 3) surgimento de grupos de apoio e defesa aos homossexuais e; 4) articulação de ativistas e homossexuais na luta pela visibilidade e a emergência das paradas do orgulho, ou paradas LGBT.

As paradas do orgulho gay têm se caracterizado como um dos eventos de maior destaque entre as demais ações do movimento. Essa organização promove inúmeras articulações dentro dos grupos LGBT. A associação LGBT de Rio Grande, por exemplo, articula-se há três anos na organização dessa ação, entre outras atividades, tais como seminários de debate acerca das questões voltadas à multiplicidade sexual e de gênero, bem como à homofobia e concursos de Miss Gay e Miss Transex. Tais propostas têm como objetivo não envolver somente o movimento LGBT, mas a sociedade como um todo.

Para entender e conhecer como se articulou a associação LGBT de Rio Grande, entrevistamos o presidente desta, o qual contextualizou o surgimento desse grupo. A associação LGBT de Rio Grande foi criada em outubro de 2010, quando o atual presidente, Robert de Almeida, organizava na cidade o Miss Gay. Na mesma época, determinado vereador do município formulava uma lei que instituía o dia 18 de dezembro como o Dia do Orgulho Gay na cidade de Rio Grande.

A partir da proposta do evento Miss Gay Rio Grande, da proposta de lei (n. 6.920/2010) do Dia do Orgulho Gay na cidade, no dia 19 de outubro de 2010 foi realizada uma assembleia de fundação e eleição da diretoria da associação LGBT de Rio Grande. Nessa reunião, apresentou-se o objetivo social da associação e o projeto do estatuto social para posterior apreciação dos/as presentes e discussão sobre este.

Robert narra sobre a emergência da associação, destacando a Parada LGBT como evento de grande visibilidade.

Na verdade, a Associação emergiu a partir do Miss. Como a gente estava em cima de final de ano, então a gente tinha que fazer algum evento que desse essa visibilidade para a Associação, por isso que nós pensamos na parada. [...] Então nós já tínhamos várias pessoas que estavam participando, que estavam se aproximando, articulando conosco na associação, enquanto nós estávamos montando e registrando essa associação. Então, a primeira coisa que a gente pensou foi fazer um evento de grande visibilidade.

A associação LGBT, ao passo que busca a visibilidade do movimento, também aponta alguns caminhos para que os sujeitos envolvidos com a associação adquiram respeito da sociedade, conforme destaca Robert:

[...] eu conheço, acho que 70% da população LGBT da minha cidade, e eu vejo que o maior problema, a maior tristeza, é de terem que parar de estudar, de não conseguirem usar a sua qualificação num trabalho. Porque a sociedade ainda está fazendo essa diferença. [...] Então tem que enfrentar. [...] Não terminou os estudos, volta a estudar. Não fez um curso de qualificação, vai e faz, busca, luta, porque é essa união, essa força que vai mudar essa sociedade. Porque, se a gente se acomodar, já sofri o preconceito, aí eu morro de medo e não saio de casa, mais apedrejado eu vou ser. Então eu tenho que me juntar com todos que estão passando pelo mesmo problema e vamos encarar. É uma qualificação, é um trabalho, vamos em busca disso.

Robert evidencia a importância de os sujeitos articularem a visibilidade da identidade sexual e de gênero à qualificação profissional e à continuidade dos estudos. A busca pela visibilidade e pelo respeito, tanto em relação a si próprio quanto em relação à própria associação LGBT, parece exigir certos modos de agir. Ao longo da observação participante nas reuniões de discussão da associação, notamos algumas estratégias de governamento operando sobre os/as participantes desta, exigindo-lhes coerência com a proposta do movimento. Discutiui-se sobre a permanência de uma integrante em um cargo de responsabilidade na Associação:

[...] Primeiramente, começaram a discutir sobre a permanência ou não de uma participante nas organizações da parada. Segundo os/as presentes, a colega só se aproxima da Associação quando está próximo da parada, como se fosse um modo de garantir visibilidade nesse evento. Comentaram sobre a impossibilidade de impedir alguém de participar da organização como apoio, mas ressaltaram a importância de não atribuir nenhuma função importante a ela, pois segundo eles/as, nos eventos anteriores essa pessoa causou tumulto e desavenças entre os/as participantes e organizadores/as do evento. [Diário de Campo, 5 nov. 2012]

Em outro momento, discutiui-se sobre as atitudes de outra integrante da associação que desagradaram tanto o presidente quanto demais membros do grupo. Nesse dia, então, debateu-se sobre como a associação procederia diante do fato de uma das participantes ter brigado com uma travesti na rua e, em decorrência, a briga ter se estendido em uma rede social. Optaram, então, por todo o grupo conversar com a integrante.

[...] A integrante da Associação que brigou reconheceu seus erros e disse que entende que, como responsável por um cargo de diretoria dentro da Associação, deve ser exemplo e não incentivar a violência. Reconhecendo que havia errado ao discutir com uma pessoa, prometeu para si mesma que não fará mais isso, uma vez que, enquanto Associação, ela deve é primar pelo respeito e pela minimização da violência. Disse que, se isso voltar a acontecer, ela mesma se retirará da Associação [...]. [Diário de Campo, 29 nov. 2012]

Embora a associação constitua-se em uma instância que também regula a prática dos sujeitos de alguma forma, como é possível evidenciar no caso descrito anteriormente, ela também se caracteriza em um espaço educativo, onde se produzem subjetividades e, ao mesmo tempo, educa-se, a fim de destacar a importância do movimento LGBT, em especial da associação LGBT do município, na vida dos/as participantes desta pesquisa.

Gisele: Eu sempre acompanhei a associação LGBT daqui e agora eu acompanho mais ainda, porque eu vejo que ser transexual ou travesti é um pouco mais complicado. Geralmente o maior preconceito das pessoas; eu sei porque eu já tive isso, esse preconceito. “– Ah, é travesti ou transexual, tem aids. Faz programa. Tem doenças”.

Maria Regina: Eu sou militante, faço parte da ALGBT, de Rio Grande; e também é por mim mesma, porque se não tivesse essa associação, que é nova, né? Sempre lutei por mim mesma, de bater o pé e dizer que sou eu e ninguém vai mudar.

Naraya Luisa Brum: Eu gosto, porque, assim, eu penso muito no mercado de trabalho pras bichas, porque vai ser um futuro pra mim. Eu me formando, eu vou ter que raspar a cabeça, usar roupa de homem para conseguir um serviço. [...] Então, meu pensamento é esse, e vejo pelas que estão na esquina trabalhando, eu vejo que muita gente tem futuro ali.

Véto: Na verdade, eu caí nessa associação meio que de paraquedas. Eu iria fotografar todo o evento (Parada Gay de Rio Grande) e achei legal a luta. Eu jamais iria me expor, talvez por um pouco de preconceito meu, e achei legal aquela união: lutar por uma causa, eu vou lutar junto, vou dar minha cara a tapas.

Diante dessas enunciações, destacamos a importância do movimento homossexual na constituição dos sujeitos LGBT, bem como as aprendizagens que se estabelecem nos espaços de reunião dos grupos. Esse espaço de luta política produz efeitos nos processos de subjetivação dos sujeitos participantes do grupo, mas também na sociedade, a partir de suas ações coletivas na luta pela igualdade de direitos, por visibilidade e reconhecimento e pela desconstrução de discursos que reproduzem preconceitos com relação à multiplicidade sexual e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de algumas ferramentas foucaultianas e operações analíticas, buscamos tecer apontamentos acerca dos efeitos produzidos por algumas instâncias sociais nos processos de subjetivação dos sujeitos gays, travestis e transexuais que participaram deste estudo.

Conforme as enunciações produzidas ao longo da metodologia da história oral temática e da observação participante, a família, primeiro espaço de socialização dos sujeitos, prima pela coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejo. Esse entendimento é expresso na enunciação de Maria Regina, por exemplo, quando destaca que sua mãe não concordava que ela assumisse uma postura feminina quando, na época, se assumiu gay. As instituições médicas e psicológicas buscam diagnosticar e normalizar as atitudes dos sujeitos “desviantes”. Essa discussão é apresentada na enunciação de Naraya Luisa Brum ao relatar que uma das psicólogas tentou ao seu modo seduzi-la a fim de que ela deixasse de ser transexual. As instituições religiosas destacam a importância da família reprodução e buscam “condenar” as práticas transgressoras dos sujeitos, entendendo-as, muitas vezes, como pecado. Isso pode ser evidenciado na fala de Luciana Guerra, ao narrar que, do ponto de vista religioso, não constituir uma família do modo “natural” e ser homossexual, travesti ou transexual é um ato contra a vontade de Deus. E o movimento homossexual, aqui neste estudo representado pela associação LGBT de Rio Grande, RS, tam-

bém conduz as práticas e atitudes dos sujeitos ao instituir as posturas adequadas e coerentes com a política do movimento. As enunciações produzidas em diários de campo expressam essa discussão quando evidenciam, por exemplo, que os membros da associação discutiram que conduta assumir diante da atitude de uma integrante ao envolver-se em uma briga na rua.

Discutimos o quanto essas instâncias sociais, ao mesmo tempo em que se constituem como espaços educativos, também colocam em operação estratégias de governo, buscando conduzir as atitudes e posturas dos sujeitos.

[...] educar é governar os outros (guiar, conduzir, dirigir), mas essa guia, essa condução, essa direção pode ser entendida como uma ação de dupla direção: do exterior para o interior e deste para fora; assim, educar seria, também, uma ação que permite ao sujeito realizar uma ação sobre si mesmo e, dessa forma, educar não seria só governar os outros, mas ajudar incitar, induzir, para que os outros governem a si mesmos. (Noguera-Ramírez, 2009, p. 46)

Ao instituírem modos de ser e agir e ao produzirem conhecimentos, as instâncias sociais, discutidas neste artigo, desenvolvem e utilizam-se de algumas estratégias de governo sobre os sujeitos e também educam. Esses espaços educativos, a partir da análise, da observação, da vigilância, estabelecem os comportamentos normais e anormais diante das imposições sociais e buscam, de algum modo, trazer para a zona de normalidade os que desta escapam. Tais instâncias a partir da reprodução de valores e crenças, da produção de diagnósticos e da afirmação de regras, isto é, a partir da “condução de condutas” (Foucault, 2008), governam os posicionamentos e atitudes dos sujeitos de maneira a (re)produzir e (re)afirmar o discurso da heteronormatividade.

A heteronormatividade é expressa e reforçada em diferentes espaços sociais, a partir de normas reguladoras sexuais e de gênero, reproduzindo práticas excludentes e discriminatórias, uma vez que tais normas incidem sobre a negação e invisibilidade de determinadas subjetividades. Assim, destacamos a importância de problematizá-la, questioná-la, contestá-la.

A fim de instaurar na sociedade o discurso da heteronormatividade, exerce-se sobre a vida dos sujeitos mecanismos e estratégias de governo na tentativa de evitar o borramento⁸ de fronteiras, evidenciando, dessa forma, a normalidade. Entretanto, muitas subjetividades LGBT constroem-se e visibilizam-se a partir desse processo de transgressão das normas impostas.

Portanto, os espaços educativos discutidos, neste texto também evidenciam um modo de governar, pois a palavra “governo” não se refere somente às “formas instituídas e legítimas de superação política e econômica, mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 288). A partir de saberes, práticas e discursos conservadores, isto é, de estratégias reguladoras,

8 Utilizamos esse termo no sentido de ultrapassar, romper, transgredir.

tais espaços produzem efeitos nos processos de subjetivação, buscando controlar as subversões sexuais e de gênero que causam desordem na matriz heterossexual.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2009.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. (Orgs.). *Gênero e diversidade sexual: um glossário*. João Pessoa: Editora Universitária/EFPB, 2009.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega, 1993.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd; Autores Associados, n. 25, p. 105-120, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- FILHO, K. P.; TRISOTTO, S. A psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. *Revista Aulas*, Campinas: UNICAMP, Dossiê Foucault, v. 3, n. 1, p. 1-14, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/KLEBER.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- FIMYAR, O. Using governmentality as a conceptual tool in education policy research. *Educate Special Issue*, London: University College London, p. 3-18, March 2008. Disponível em: <<http://www.educatejournal.org/index.php/educate/article/view/143/157>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- FOUCAULT, M. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1975.
- _____. Segurança, território e população (1977-1978). In: _____. *Resumo do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 79-86.
- _____. *Os anormais: curso Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. (Coleção Tópicos)
- _____. *Ditos e escritos III: estética, literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense, 2001b.
- _____. *Ditos e escritos I: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *A história da loucura na Idade Clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010b.

_____. *Ditos e escritos VII: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

KLAUSS, V. *A família na escola: uma aliança produtiva*. 2004. 263f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. ; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MUSSKOPF, A. Religião e sexualidade. *Mandrágora*, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, v. 18. n. 18, p. 143-150, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/viewFile/3519/3323>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

NATIVIDADE, M. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro: UERJ, n. 2, p. 121-161, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/153>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. *O governmento pedagógico: da sociedade de ensino para a sociedade de aprendizagem*. 2009. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, S. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, M. P. *et al.* (Orgs.). *Movimento sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.

RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G. F.; FERNANDES, F. B. M. A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 183-211.

ROSE, N.; MILLER, P. Political power beyond the State: problematics of government. *The British Journal of Sociology*, London: London School of Economics and Political Science, v. 61, n. s1, p. 271-303, Jan. 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-4446.2009.01247.x/pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVEIRA, F. A.; SIMANKE, R. T. A psicologia em *História da loucura* de Michel Foucault. *Fractal: revista da psicologia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 21, n. 1, p. 23-42, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100003>. Acesso em: 20 abr. 2013.

VEIGA-NETO, A. Governo ou governmento? *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.: s.n.], v. 5, n. 2, p. 79-85, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SOBRE AS AUTORAS

DEISE AZEVEDO LONGARAY é doutora em educação em ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
E-mail: deiselongaray@yahoo.com.br

PAULA REGINA COSTA RIBEIRO é doutora em ciências biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
E-mail: pribeiro@vetorial.net

Recebido em agosto de 2013
Aprovado em julho de 2014